



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processos Número	24423/2022 e 24421/2022
Data do Início	21/12/2022
Folha	
Rubrica	

REF: Recursos da empresa A.S. ESPINDOLA CONSTRUÇÕES E REFORMAS referente ao Pregão Presencial 16/2022-SRP

À Procuradoria Geral do Município,

Sobre os recursos apresentados pela empresa **A.S. ESPINDOLA CONSTRUÇÕES E REFORMAS**, que considera imperfeita a decisão da pregoeira.

I – DA TEMPESTIVIDADE

RECURSOS contra a decisão da pregoeira que inabilitou a empresa **A.S. ESPINDOLA CONSTRUÇÕES E REFORMAS** encontram-se tempestivos na forma da lei.

II – DAS RAZÕES DO RECURSO

A empresa recorrente contesta a decisão sob o seguinte argumento, resumidamente:

- incorreta inabilitação por não atingir o percentual exigido no edital
- excessiva exigência de engenheiro mecânico.

III – DA ANÁLISE DAS RAZÕES APRESENTADAS

Em um primeiro momento, ao analisar a peça recursal em tela, temos uma crítica da recorrente à exigência considerada excessiva de engenheiro mecânico.

Ao entender desta especializada, a recorrente deveria ter utilizado de outra ferramenta legal, qual seja, a impugnação do edital, que só ocorre quando o Princípio da Igualdade é contrariado por meio de exigências que podem afastar a competitividade do certame. Especificamente na modalidade Pregão Presencial o prazo limite para protocolar o pedido de impugnação é de até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

Superado o primeiro equívoco da recorrente, importante trazer a tona breves explanações de como deve ser a verificação da qualificação técnica. A Administração poderá exigir dos licitantes a apresentação de atestados de desempenho anterior que demonstrem sua capacidade técnica.

Cabe à Administração indicar no edital da licitação qual é a parcela de maior relevância técnica e valor significativo, pois é com base nela que o licitante irá demonstrar sua capacidade técnica.

Nesse sentido, cabe uma breve análise da Lei nº 8.666/93, especificamente do artigo 30, II da Lei 8666/93 que entre outros aspectos, estabelece que a Administração



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

deverá analisar a qualificação técnica dos licitantes, com o objetivo de aferir se a mesma detém conhecimento, experiência tanto na parte técnica quanto na parte humana, que sejam consideradas suficientes para satisfazer o contrato a ser celebrado, senão vejamos:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.”

Considerando os recentes posicionamentos, para além das regras mencionadas na legislação, temos também os ditames trazidas pelo Tribunal de Contas da União:

“É obrigatório o estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 914/2019: Plenário, relator: Ana Arraes)”

Ou seja, ao que tudo indica, todos os parâmetros legais foram respeitados pelo instrumento convocatório, uma vez que a capacidade técnica trouxe quantidades determinadas, assim como o objeto (parcela de maior relevância) com sua justificativa presente no próprio edital.

Diante disso, podemos concluir que a comprovação da qualificação técnica guarda relação direta com o objeto da licitação, motivo pelo qual inclusive a secretaria requisitante é a responsável pela elaboração do texto integrante do instrumento convocatório, uma vez que detém conhecimento técnico para tal.

Ademais, foge da alçada desta especializada analisar as questões apresentadas, uma vez que não detemos de conhecimento nem competência técnica para entrar no mérito da discussão.

Superadas as informações básicas a respeito do tema abordado pela recorrente, como o apontado versa sobre temas que não cabem a esta especializada, o mesmo deve ser analisado exclusivamente pela Secretaria requisitante.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

IV – DAS CONTRARRAZÕES

Transcorrido o prazo para contrarrazões, a empresa PERFIL X CONSTRUTORA S/A apresentou contrarrazões.

V – CONCLUSÃO

Mediante o exposto e toda fundamentação narrada nos autos do processo, considerando a matéria abordada pela Recorrente de suma importância e, ainda, por fugir da alçada desta especializada, resolve submeter o presente recurso à apreciação desta D. Procuradoria, e após, à manifestação da Secretaria Requisitante.

Em 28/12/2022.

MARIA TRAVASSOS
Mat. 111.813

DE ACORDO

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS
Pregoeira